JORNAL DA
AdUFRJ

1158 ▪ 4 de dezembro de 2020 ▪ www.adufrj.org.br ▪ TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj

#RESPEITE OPROFESSOR
Campanha da AdUFRJ contra cortes de adicionais de risco à saúde entra em segunda fase e realiza cadastro de todos os professores que sofreram reduções salariais. Participe! **Páginas 5 e 6**

Adriana Farah•Adriano Brilhante Kury•Alexander Kellner•Ana Paula Vieira Colombo •Angelo da Cunha Pinto•AnnaKarin Bernstad•Antônio Ledo da Cunha•Bluma Soares•Carlos Fraga•Carmen Borges•Clarisa Beatriz Palatnik de Sousa•Denise Freire•Djalma Falcão•Edson Marchiori•Edson Watanabe•Eliezer Barreiro•Fabiano Thompson•Fabio Scarano•Francisco Martins-Melo•Gregory Chaitin•Heitor de Souza•Helcio Orlande•I-Shih Liu•Jean Swings•Jerson Lima Silva•Jian Su•João Bassin•Jorge Salluh•José Carlos Pinto•José Pombal•José Roberto Meyer Fernandes•Leda Castilho•Leopoldo de Meis•Lídia Lima•Liu Hsu•Lucianne Cople Maia•Luís Marcelo Tavares•Luiz Davidovich•Marcelo Savi•Marcio Nucci•Marcio Rodrigues•Marlene Benchimol•Mauricio Aredes•Michael Sammeth•Miguel Monné•Monica Gadelha•Moysés Nussenzveig•Olaf Malm•Paulo Diniz•Paulo Mourão•Peter Wanke•Rafael Linden•Renato Cotta•Roberto Schaeffer•Rodrigo Capaz•Romildo Dias Toledo Filho•Sergio Ferreira•Stephen Patrick Walborn•Theodoro Antoun Netto•Thiago Gambôa Ritto•Wanderley de Souza•Wilson Costa•Yong Tan

APESAR DO CAPITÃO, DO PASTOR E DO GENERAL...

...QUE DESGOVERNAM O PAÍS, a universidade resiste com conhecimento, excelência e compromisso. Um bom exemplo está na revista *PLOS Biology*, onde aparecem os pesquisadores mais citados do mundo. Há 63 professores da UFRJ. Seus nomes ilustram a capa do **Jornal da AdUFRJ** e alguns de seus depoimentos integram a reportagem da contracapa. Sem dúvida, a listagem seria ainda maior se o governo valorizasse a Ciência. Mas a gestão do capitão Bolsonaro, do pastor Milton Ribeiro e do ministro Eduardo Pazuello não nutre qualquer respeito pelos valores civilizatórios. Do contrário, não aproveitaria o recrudescimento da pandemia para editar a portaria 1.030, de 1º de dezembro. Inconstitucional, o documento determina o retorno das aulas presenciais em janeiro, viola a autonomia universitária e coloca em risco a comunidade acadêmica. O texto indignou professores, estudantes e técnicos que, desde o início da pandemia, se desdobram e espalham o potente grito de SOS Educação.

Páginas 2, 3, 6 e 8

#OrgulhoDeSerUFRJ

EDITORIAL

O VAI E VEM DO MEC E O DESCASO COM AS UNIVERSIDADES

DIRETORIA

O presidente da República ainda não entendeu que ele não se elegeu imperador. As leis existem, limitam o poder do Executivo, obrigando-o ao diálogo com os outros Poderes e a sociedade civil: esses são alguns dos maiores ganhos da chamada Constituição Cidadã, a que foi promulgada em 1988. E dentre as conquistas mais importantes está o artigo 207, que confere autonomia às universidades públicas. E desde sua posse, Bolsonaro insiste em ignorar os limites de sua atuação, agindo como um bedel paranóico em delírio autoritário. Na sua ânsia incontida nomeia reitores sem voto e obriga o ministro da Educação a manter uma portaria que já nasceu morta.

Não é impossível que algumas universidades identifiquem a possibilidade de retorno gradual às atividades presenciais da graduação, ou mesmo que iniciem o planejamento para a realização de aulas práticas. Podem já ter algum projeto em andamento, testando modelos híbridos de ensino. O que não pode acontecer é acharmos que uma portaria gestada nos gabinetes de Brasília irá obrigar as instituições universitárias em todo o país ao retorno imediato de suas aulas no dia 4 de janeiro. E o que é pior, porque o presidente quis que fosse assim.

No caso particular do Rio de Janeiro, ela soa ainda mais estranha. A UFRJ possui seu grupo técnico de acompanhamento do desenvolvimento da pandemia e seu trabalho tem apoiado o município e o estado em relação aos procedimentos a serem tomados. Todos os procedimentos e resoluções da universidade foram definidos sobre fundamentos científicos. Não há razão para mudar agora. O país inteiro explicou isso para o ministro através de inúmeras notas, o ministro recuou, mas por obediência ao chefe, voltou atrás mais uma vez e anunciou que a portaria ainda será avaliada. Assim como todas as ações desse governo, essa atitude só perturba e nos ocupa indevidamente.

Se nos deixassem em paz já seria de grande ajuda, porque problemas não nos faltam nesse final de ano. Os primeiros dias da primeira semana de 2020.1 foram de muita confusão com o SIGA, ausência de pauta e lançamento de notas do PLE. E tudo isso com prazos exíguos, assim como para as inscrições para a JICTAC. E sem contar com descontos a mais, que deram a dimensão dos cortes e perdas que sofremos ao longo do ano.

Esperamos que dezembro passe rápido, que 2021 chegue logo e com ele as primeiras doses da vacina. Porque precisaremos de fôlego para encarar os dois grandes embates que teremos pela frente: a reforma administrativa e a lei do orçamento. Ambos estão no Congresso e depende de nós o tamanho da pressão a ser feita.

Vamos seguir fazendo o que sabemos, lutando para fazer bem. Não arredaremos o pé e não cederemos ao cansaço que tentam nos impor. Apesar de todas as dificuldades, conseguimos realizar uma boa reunião com a reitoria e há chances para encontrarmos soluções para a maioria dos casos pendentes de insalubridade. Não é a primeira vez que enfrentamos um quadro adverso, daremos as respostas necessárias.

Mas para isso precisamos de todos, todos juntos em defesa da universidade, da democracia e da vida.

Artigo

JOSUÉ MEDEIROS
Diretor da AdUFRJ, cientista político e coordenador do Núcleo de Estudos sobre a Democracia Brasileira, grupo de pesquisa que desde o começo do ano monitora as eleições. Leia a íntegra dos trabalhos em: https://nudebufrj.com/

DEMOCRACIA EM QUARENTENA: AS ELEIÇÕES DE 2020 E O BRASIL DA PANDEMIA

As eleições municipais de 2020 chegaram ao fim e o mapa de vitoriosos e derrotados já é amplamente divulgado pela grande mídia: são vitoriosos os partidos da direita tradicional – apresentados como moderados e centro – e saem derrotados os extremos, à direita e à esquerda. Questionamos esse diagnóstico desde agosto passado. Já na pré-campanha, o favoritismo da direita tradicional alimentou conclusões apressadas sobre o reestabelecimento do sistema político a partir de agremiações como DEM e PSDB, entre outras.

Nosso questionamento se divide em três dimensões, uma relativa à extrema-direita; outra à direita tradicional; e, por fim, às esquerdas.

BOLSONARISMO DERROTADO?

A primeira tarefa pós-eleições é entender a gravidade do quadro para além das tabelas que mostram quantos prefeitos cada partido teve. Dois exemplos ilustrativos.

Primeiro, Vitória. A capital do Espírito Santo será governada pelo Delegado Pazolini, do Republicanos. Trata-se de um quadro bolsonarista que, durante a pandemia, invadiu hospitais a mando do presidente com o objetivo de provar que havia exagero sobre o alcance da Covid-19. Além disso, esteve junto com a ministra Damares no criminoso esquema que tentou impedir o aborto em uma menina estuprada. Pazolini foi eleito com relativa facilidade, conquistando 59% dos votos contra o ex-prefeito João Coser, do PT.

Segundo, Fortaleza: A capital cearense será governada pelo trabalhista Sarto Nogueira. Já no primeiro turno, o candidato do PDT contava com o apoio de Ciro Gomes e do prefeito Roberto Cláudio. No segundo turno, Sarto enfrentou o capitão Wagner do PROS, conhecida liderança da extrema-direita cearense que liderou o motim policial contra o governador no começo de 2020.

Diante deste quadro, formou-se uma amplíssima frente a favor do pedetista, abarcando do PSOL ao DEM, passando pelo PT e PSDB. Apesar de tamanha unidade, Sarto venceu o pleito por apenas 40 mil votos, totalizando 51% contra 49% do bolsonarista.

Podemos enumerar outros exemplos. Em São Gonçalo, segundo maior colégio eleitoral fluminense, o bolsonarismo conseguiu eleger um delegado citado na CPI das Milícias. E mais, a tônica do segundo turno de 2020 foi exatamente a mesma daquela que vivenciamos na reta final do primeiro turno de 2018 e no segundo turno da eleição que terminou com a vitória de Bolsonaro: trata-se de uma mobilização de reta final da extrema direita com uso das redes sociais, fake news e demonização do inimigo (petista, comunista, abortista) cujo resultado final é um crescimento do bolsonarismo que as pesquisas não captam, embora esteja longe de ser um movimento silencioso ou envergonhado.

Enfim, ainda que "numericamente" derrotado, a eleição foi pautada por Bolsonaro do inicio ao fim. Da agenda política ao modo de angariar votos. Nesse sentido, o presidente foi bastante vitorioso.

DIREITA TRADICIONAL VITORIOSA?

A direita tradicional sai mais forte dessas eleições. MDB, DEM, PSD, PP, PSDB controlarão a maioria das prefeituras nos próximos quatro anos.

Contudo, a história mostra que a relação entre vitória quantitativa no pleito municipal e bom desempenho na eleição nacional não é automática. Essa ressalva se faz necessária porque, tanto no mundo político quanto nas análises da grande mídia, o diagnóstico é que esse campo pavimentou seu caminho para conquistar a presidência em 2022. Comparando a dinâmica entre o pleito nas cidades e a eleição nacional conclui-se que a vitória em um não necessariamente conduz ao êxito na outra.

Em 1989, os partidos da direita tradicional controlavam 80% das prefeituras. Mas ficaram de fora do 2º turno presidencial. Collor tinha 0,1% das prefeituras e Lula, em chapa com o PSB, tinha 1,8% das prefeituras. Em terceiro, Brizola. Seu PDT tinha 4,5% dos prefeitos.

Em 2018, O PSL de Bolsonaro tinha 0,5% das prefeituras. O PT de Haddad tinha 5%. Eles foram para o 2º turno deixando para trás todos os partidos da direita tradicional que saíram vitoriosos do pleito de 2016.

"AH, MAS AS ELEIÇÕES DE 1989 E 2018 FORAM ATÍPICAS". SERÁ?

Em 2000, o PT conquista 3% das prefeituras. Em 2002, a chapa de Lula com o PL tem 7,5% das prefeituras. A chapa do ministro da Saúde José Serra (PSDB e PMDB) tinha 40% das prefeituras, o que não lhe garantiu a vitória.

Em 2004, o PT tem 7% das prefeituras. Zé Alencar, o carismático vice de Lula, vai para o PRB, um partido sem prefeitura. Já o então governador de São Paulo Geraldo Alckmin do PSDB e em chapa com o PFL tinha 30%. Terminou derrotado.

Em resumo: em 1989, 2002, 2006 e 2018 ter muitas prefeituras não se traduziu em vitória presidencial. A correspondência positiva entre eleição municipal se manifestou em 1994 e 1998 (PSDB e PFL controlavam 40% das cidades) e 2010 e 2014, com a aliança PT e PMDB.

E COMO SERÁ EM 2020 E 2022?

A direita tradicional vitoriosa em 2020 tem muitos problemas a resolver até 2022. Parte do eleitorado de direita irá com Bolsonaro. Quanto disso? Não sabemos ainda. Mas a direita tradicional ajuda o presidente quando se confunde com o governo na defesa das "reformas estruturais".

O problema de nomes que esse campo apresenta para 2022 – Dória, Huck, Moro, Mandetta, Maia, ACM Neto – expressa na verdade um dilema programático da direita tradicional brasileira.

Qual é afinal sua visão de país? Em que é diferente de Bolsonaro? Até aqui, no parlamento, na economia, na segurança, na política social, em nada.

Mesmo em questões que parecem unificar a opinião pública nacional e a comunidade internacional contra Bolsonaro não sabemos qual é a alternativa proposta por esse campo. Por exemplo, no criminoso crescimento do desmatamento e queimadas de biomas tais como a Amazônia e o Pantanal. O que o PSDB faria no lugar? Ou o DEM? Ou mesmo Huck e Moro, que não têm partido? Ninguém sabe a resposta. Como então convencer o eleitor de direita a largar o presidente? Difícil, muito difícil.

AS ESQUERDAS E O ENIGMA: PARA ALÉM DO PT, COM O PT E NÃO CONTRA O PT

O balanço das esquerdas é mais complexo de ser feito. Caminham lado a lado um sentimento de derrota que resulta da perda de prefeituras por todos os partidos desse campo, com exceção do PSOL, que passou de 2 para 5 (sendo uma capital, Belém); e uma onda de esperança com a renovação do legislativo e com campanhas majoritárias que empolgaram, com Guilherme Boulos, em São Paulo, e Manuela D'Ávila, em Porto Alegre.

O que temos então é um retorno do padrão das esquerdas dos anos 1980/1990. A esquerda se saía bem no Legislativo pelo papel "fiscalizador" e ia mal no Executivo porque suas propostas não eram "sérias". Era algo do tipo "vocês são muito bons em apontar os problemas, mas não servem para resolvê-los".

O crescimento da esquerda no final do século XX se deu justamente quando convenceu as pessoas de que podia governar. E não foi nada fácil. Pesou muito a não existência de 2º turno em 1988, o que viabilizou vitórias em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte.

O SUCESSO DESSAS PREFEITURAS VIROU O JOGO.

Hoje tem 2º turno. E tem novamente a imagem de que a esquerda não serve para governar. Por isso é fundamental combater a fragmentação. A divisão ou inviabiliza a esquerda no 1º turno ou prejudica o desempenho no 2º turno. E isso porque a transferência de votos não é automática. São raros os casos como o de Leonel Brizola que, em 1989, transferiu 100% dos seus votos para Lula no segundo turno.

Vários fatores pesam contra a transferência: corpo mole dos derrotados, mágoas da disputa no 1º turno, rejeições consolidadas e que o curto tempo do 2º turno não permite reverter. E a própria energia que se gasta combatendo o adversário do mesmo campo poderia ser direcionada para, por exemplo, diminuir o número de abstenções, votos nulos e brancos.

Manu e Boulos, por exemplo, teriam mais chances de vitória se fossem já no primeiro turno candidatos de unidade.

De todo modo, mesmo derrotados, eles saem como muita autoridade política para liderar uma renovação da esquerda que vá para além do PT, apresentando um progressismo novo para o Brasil do bolsonarismo, mas que não seja contra o PT, como faz Ciro Gomes do PDT, o que termina por isolá-lo no campo da esquerda.

A isso soma-se a renovação no legislativo municipal. O perfil parlamentar mudou: saem operários, bancários, professores (sindicalismo) que eram representativos na época e entram feministas, movimento negro, LGBT, que são representativos hoje. Essa nova representatividade é fundamental para revigorar a esquerda.

Outra questão chave é a coordenação: nos anos 1980/1990, havia um sentido de unidade muito mais forte. No último período, imperou o cada um por si que dificulta muito a construção de projetos majoritários e unidade. Que as novas lideranças nos tragam de volta os sentidos coletivos sem os quais a vida de Bolsonaro será facilitada no governo e nas eleições.

#OrgulhoDeSerUFRJ

Portaria do MEC atropela a Ciência e a Constituição

> Anúncio de volta às aulas presenciais em 4 de janeiro recebe o repúdio da comunidade acadêmica por violar a autonomia universitária e ignorar aumento da pandemia no país

LUCAS ABREU
lucas@adufrj.org.br

Em mais uma demonstração de descompasso com a realidade e falta de diálogo com as instituições federais de ensino, o Ministério da Educação publicou, na quarta-feira (2), uma portaria que determina a volta às aulas presenciais nessas instituições a partir do dia 4 de janeiro. A decisão não foi precedida por qualquer consulta aos dirigentes das universidades federais e vai na contramão de uma triste realidade: o Brasil vem apresentando recrudescimento de casos e mortes por covid-19, o que para alguns especialistas já representa o início de uma segunda onda de contágio. O país já tem mais de 175 mil óbitos pela doença.

Na própria quarta-feira, poucas horas depois da publicação da portaria no Diário Oficial da União, e diante da repercussão negativa da medida, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, em entrevista à rede de TV CNN Brasil, afirmou que iria abrir "uma consulta pública para ouvir o mundo acadêmico", dando sinais de recuo.

Na prática, contudo, a portaria nº 1.030 não havia sido revogada pelo MEC e seguia em vigor até o fechamento desta edição.

A reação à portaria foi rápida e contundente. Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Edward Madureira classificou a medida como "um absurdo do ponto de vista de saúde e de violação da autonomia universitária" em uma mensagem de WhatsApp. Até o fechamento desta edição, a associação não havia definido um posicionamento oficial sobre o tema.

As instituições também marcaram a sua posição contrária à portaria. A reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, enviou à comunidade universitária uma mensagem com as últimas notas técnicas do GT Coronavírus, que tratam do aumento do número de casos de covid-19 no Rio de Janeiro, e reafirmou que "a UFRJ seguirá com muita seriedade e responsabilidade protegendo a vida da comunidade universitária, e não deixará de cumprir, com autonomia, a sua missão institucional".

Na quinta-feira (3), o Consuni aprovou uma moção de repúdio à portaria. "Reafirmamos nossa autonomia garantida pela Constituição e nosso compromisso com a produção de conhecimento, com a ciência e com a proteção à vida", diz o texto do conselho.

A reitoria da UnB também se manifestou, afirmando que não colocará a sua comunidade em risco. "A volta de atividades presenciais, quando assim for possível, será feita mediante a análise das evidências científicas, com muito preparo e responsabilidade", diz a nota da universidade.

Mesmo a reitoria da UFRGS, sob controle de um interventor nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro, não endossou a decisão do MEC, embora não tenha tido o mesmo tom crítico dos pronunciamentos de outras entidades. "A Administração Central reitera seu compromisso de conduzir todos os processos da UFRGS de forma equilibrada e garantindo a segurança de toda a comunidade", declarou a reitoria.

A deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) protocolou um projeto de decreto legislativo suspendendo a portaria do MEC. Pelas suas redes sociais, a congressista chamou a medida de "autoritária e descabida".

Prefeita eleita de Juiz de Fora (MG), Margarida Salomão (PT-MG), uma das deputadas federais mais atuantes da Frente Parlamentar da Educação, também usou as suas redes sociais para criticar a decisão do ministério. "Reabrir as universidades nessa situação é desumano! Estudantes, profissionais da educação e seus familiares precisam ser protegidos", disse ela, que será a primeira mulher a governar a cidade mineira.

> "A UFRJ seguirá com muita seriedade e responsabilidade protegendo a vida da comunidade universitária, e não deixará de cumprir, com autonomia, a sua missão institucional"
>
> **DENISE PIRES DE CARVALHO**
> Reitora da UFRJ

As entidades sindicais também criticaram duramente a portaria. A AdUFRJ publicou uma nota (leia na íntegra abaixo) acusando a violação da autonomia universitária, garantida pela Constituição. "As universidades possuem seus colegiados, além de pareceres científicos que sustentam suas proposições acerca do retorno ou não de atividades presenciais". A manifestação do sindicato também criticou o momento em que a portaria é publicada, "na emergência de uma possível segunda onda de crescimento da pandemia pelo coronavírus" e termina denunciando o "princípio intervencionista que marca a atuação deste governo em relação às universidades".

A AdUnB publicou uma nota dizendo que não aceitará a medida, e conclamando a comunidade universitária brasileira a não retomar atividades presenciais agora. "A comunidade universitária do país, composta de docentes, estudantes e servidores, não pode aceitar tamanho descalabro, ilegalidade e inconstitucionalidade, uma vez que a portaria atenta contra a vida, a saúde e a dignidade da pessoa humana", diz o texto.

Por caminho semelhante seguiu o Andes, que em sua manifestação afirmou: "Defendemos a vida. Defendemos a ciência. Não aceitaremos imposição de retorno por parte de um governo que menospreza a gravidade da pandemia".

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) também se posicionou e chamou a atenção para a maneira como o governo despreza a pandemia, lembrando que a portaria "vem desacompanhada de um plano de segurança sanitária que garanta a preservação da vida, e de plano de vacinação da comunidade universitária".

ADUFRJ: "PERSISTENTE NEGACIONISMO FRENTE ÀS MAIS ÓBVIAS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS"

A publicação da portaria nº 1030 do Ministério da Educação, que define o retorno às atividades presenciais para 4 de janeiro e suspende o ensino remoto nas universidades, é mais uma tentativa do governo federal de intervir nas universidades, violando o princípio constitucional da autonomia universitária, consagrado no artigo 207 da Constituição Federal. As universidades possuem seus colegiados, além de pareceres científicos que sustentam suas proposições acerca do retorno ou não de atividades presenciais.

A atitude do governo é extemporânea, uma vez que nos encontramos na emergência de uma possível segunda onda de crescimento da pandemia pelo coronavírus, é abusiva porque interfere na decisão a ser tomada em cada instituição, é irresponsável porque dissemina incertezas e preocupações desnecessárias para a vida institucional.

A AdUFRJ denuncia o princípio intervencionista que marca a atuação deste governo em relação às universidades, assim como o seu persistente negacionismo frente às mais óbvias evidências científicas. Não consideramos plausível que a universidade se submeta a essa lógica e reafirmamos o nosso inarredável compromisso com as resoluções e determinações estabelecidas no âmbito dos colegiados de nossa instituição.

#OrgulhoDeSerUFRJ

Problemas no Siga atrasam semestre

> Em muitas unidades, início das aulas de 2020.1 foi prejudicado pelo sistema, que não conseguiu disponibilizar a tempo as pautas de várias disciplinas

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrj.org.br

O semestre letivo online 2020.1 teve seu início, no último dia 30, marcado por problemas nas inscrições do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga), o que atrasou o começo das aulas em muitas unidades da universidade. A Pró-Reitoria de Graduação (PR-1) tentou justificar. Afirmou que há dificuldades em todos os inícios de semestres, e que "a possibilidade de trancamento de disciplinas até o último dia do PLE e a priorização dos pedidos de inscrições em 2020.1 Remoto daqueles estudantes que tinham inscrições efetivadas em 2020.1 Presencial implicaram no atraso do processo".

De acordo com a PR-1, a priorização desses pedidos de inscrições, inédita na interseção de dois semestres letivos, introduziu, também, a necessidade de concordância dos pedidos de inscrição em 2020.1 Remoto (por parte das coordenações) e a efetivação (por parte da Equipe Siga). "Isso fez com que as pautas não estivessem disponíveis até o início da noite do primeiro dia letivo de 2020.1", explicou a PR-1. "Apesar da orientação sobre a dinâmica das inscrições, amplamente divulgada pela Equipe Siga nas vésperas do início das inscrições em disciplinas, algumas unidades acadêmicas não tiveram pleno entendimento da estratégia do uso de inscrições diretas", completou.

No fechamento desta edição, todas as turmas de disciplinas já haviam sido normalizadas, mas ainda estavam sendo feitos ajustes de Requisito Curricular Suplementar (RCS), e algumas unidades solicitaram autonomia em relação à Equipe Siga, pois possuem especificidade de oferta, como os RCS ligados às licenciaturas.

Antônia Velloso, estudante do Instituto de História e diretora de Assistência Estudantil do DCE Mário Prata, apontou dois problemas neste início de semestre. "O principal foi em relação ao recesso de duas semanas. Não há tempo hábil para a realização dos atos acadêmicos. Estamos vivendo esse problema, já que as pautas não estavam prontas, as confirmações de inscrições não estavam feitas. O outro é o tamanho do período, de 12 semanas. Na média dos últimos anos, tivemos 14 semanas, e um período de 12 semanas significa uma perda qualitativa para nossa formação". Ela citou as turmas de Cálculo, nas quais os assuntos que eram dados em um mês agora são abordados em duas semanas. "São disciplinas que já têm o índice de reprovação altíssimo e isso faz com que aumente ainda mais", afirmou.

> A maioria dos gestores entendeu que seria melhor para os alunos que adiássemos o semestre em uma semana
>
> **KATYA GUALTER**
> Coordenadora da EEFD

Para a estudante, toda a comunidade acadêmica está sofrendo. "Os técnicos têm sofrido com o excesso de trabalho, os alunos com a própria forma como está organizado o calendário, que faz com que todas as nossas disciplinas se acumulem. Os professores estão tendo uma maior dificuldade para o planejamento das aulas. São duas semanas para lançar nota, corrigir prova e planejar o próximo período. Fora que eles não conseguem descansar", disse Antônia. Ela lembrou que o problema do curto tempo hábil para realizar os atos acadêmicos foi alertado pelas bancadas dos técnicos e dos estudantes. "Dissemos que não era viável. Infelizmente isso foi ignorado, tanto pela reitoria, quanto pelos representantes docentes nos conselhos".

Na linha de frente das inscrições, Maria José, secretária acadêmica do Departamento de Engenharia Industrial da Escola Politécnica, afirmou que nenhum aluno ficará sem resposta. "Procuro responder todos os dias, todas as horas e todas as reivindicações. Até o momento estou trabalhando sem instabilidade", explicou. "Nesse novo cenário complicado, em que fazemos tudo pelo computador, estamos tentando errar menos para não deixar os meninos desassistidos", completou. Em contrapartida, Zezé, como é conhecida, acusa instabilidade na própria economia. "Estou trabalhando em casa, a parte instável está na minha economia, gastando luz e internet o dia inteiro".

Adriana Rocha, coordenadora dos cursos de Engenharia Metalúrgica e de Engenharia de Materiais, reconheceu que os professores do seu departamento tiveram o início das aulas afetados pelo Siga. "A disciplina de Princípio da Ciência dos Materiais, por exemplo, em que o professor dá aula para duas turmas, uma delas começaria na segunda-feira. Nós estávamos esperando que o Siga fosse rodar as suas pautas, para que estivessem disponíveis no domingo mesmo. Isso não aconteceu", afirmou. "Segunda de manhã, comecei a ficar de plantão no Siga, mas nada de pautas. Por volta das 10h, percebemos que o sistema não ia conseguir gerar as pautas para que a gente tivesse os nomes dos alunos e pudesse fornecer as informações de link e de sala de aula no Moodle, Google Classroom ou AVA", explicou.

Diante desse quadro, a coordenadora resolveu mandar um e-mail geral para a Metalurgia explicando que muito provavelmente os alunos não teriam as aulas do departamento naquele dia. "A atualização tardia do Siga afetou bastante o início das aulas. Na verdade, a gente só conseguiu regularizar na quarta-feira, porque até a terça-feira algumas disciplinas não estavam com a pauta gerada", disse.

Na segunda-feira (30), a Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) divulgou um ofício confirmando o adiamento do início de 2020.1 Remoto para o dia 7 de dezembro. A diretora da unidade, Katya Gualter, afirmou que foi uma decisão coletiva. "As coordenações de cursos passaram os problemas sobre as inscrições. Apesar de a Comissão de Volta às Aulas da EEFD ter pensado em disponibilizar os links das disciplinas no site da escola, não daria certo porque os canais de comunicação não seriam tão ágeis, já que as aulas começariam na segunda-feira pela manha", contou. "A maioria dos gestores entendeu que seria melhor para os alunos que adiássemos o semestre em uma semana".

A EEFD pediu uma revisão do calendário acadêmico à PR-1 e solicitou ao CEG a revisão das datas que já haviam sido aprovadas. Para Katya, não pode haver medo em rever o que já foi aprovado. "Não tínhamos qualquer termômetro ou referência para lidar. Agora, em contato real e executando o planejamento, percebemos que ele não é tão eficiente assim", opinou. Com o adiamento, os professores da EEFD irão se organizar para repor as aulas da primeira semana ao longo das outras 11 semanas do semestre.

JICTAC TEM PRAZO CURTO E RECORDE DE INSCRIÇÕES

Fechamento do PLE, correção de provas, lançamento de notas, recesso de duas semanas, problemas no Siga, preparação do semestre 2020.1 e, no meio de tudo isso, o curto prazo de inscrições para a Jornada de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural (JICTAC) 2020. Com tantas frentes simultâneas para cumprir, o prazo para a inscrição de trabalhos na jornada, de 13 a 30 de novembro, acabou sendo mais um fardo para quem já estava sobrecarregado nesta reta final do ano.

De acordo com o superintendente da PR-2, José Luis Lopes da Silveira, o prazo de inscrições foi pressionado pelo CNPq, que este ano concedeu uma quantidade histórica de bolsas para a UFRJ. "Esse processo da JICTAC 2020 tem sido bastante difícil. Temos uma obrigação institucional com o CNPq, o órgão concedeu uma grande quantidade de bolsas do Pibic (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) para a UFRJ", disse. "A gente teve um ganho que nunca houve na história. Perdíamos cerca de 20 bolsas por ano. Agora, saímos de 758 para 999 bolsas, um aumento de 32%. Não tenho notícia de isso ter acontecido num passado recente", explicou.

Devido à pandemia, a PR-2 solicitou ao CNPq o adiamento da jornada para 2021. "Nossa intenção era fazer a jornada de 2020 junto com a de 2021, faríamos um relatório conjunto. Mas o CNPq nos deu até março de 2021 para fazer a JICTAC", contou o superintendente. O edital da JICTAC 2020 foi apresentado e discutido pela PR-2 numa sessão conjunta de CEG e CEPG. "Temos a obrigação de cumprir essa missão e fazer a jornada, porque é quando o CNPq vem à UFRJ e faz a avaliação do processo. É algo necessário, que faz parte de todo o pacote relacionado à aquisição de bolsas do Pibic", afirmou. Com relação ao prazo de inscrições coincidir com o recesso entre o PLE e 2020.1, o dirigente afirmou que foi necessário usar as datas pelo prazo curto para organização da jornada. "Realmente não havia como não utilizar esse período. Isso atrasaria o processo e impactaria nas outras etapas. É uma situação que não agrada nem à organização da jornada, nem à PR-1. Foi inevitável", reconheceu.

Coordenador da JICTAC 2020, Leonardo Travassos revelou surpresa com o grande número de inscritos. "Tivemos mais do que o dobro das inscrições esperadas. Desse ponto de vista, o evento é um sucesso. Temos hoje 8.340 inscritos, mas esse não é o número final. Em submissões, temos 4.375. Isso é um pouco mais do que a gente esperava, em termos de média histórica", comemorou. Na Semana de Integração Acadêmica (SIAc) de 2019, em que a Extensão estava incluída, foram submetidos 6.500 trabalhos.

"Essa jornada é obrigatória para um grupo de alunos, que tem que prestar contas das atividades realizadas ao longo do edital Pibic de 2018 a 2020. O número de inscrições seria equivalente, na nossa ideia, ao número de bolsistas, que são cerca de 2.000. Tivemos o dobro", explicou Leonardo. Nessa fase da jornada, as submissões de trabalho já se encerraram e começou a avaliação dos projetos. No primeiro dia de avaliações, 593 trabalhos já haviam sido julgados. Conforme vão sendo avaliados, os projetos ficam disponíveis para a revisão dos autores. O evento está previsto para o período entre 22 e 26 de março, de forma virtual.

"Do ponto de vista científico, eu acho que todo mundo preferia um evento presencial", opinou Leonardo. "A troca é muito maior. O objetivo desse evento, no final, é a troca de informação, de experiências, de conhecer o que é feito dentro da UFRJ", completou. Para o coordenador, no contexto pandêmico, a JICTAC é uma oportunidade de se mostrar o quão importante é investir na pesquisa. "Eu digo Pesquisa Básica, não só a pesquisa relacionada à pandemia diretamente. Obviamente que assuntos relacionados à pandemia vão estar pesadamente contemplados nos trabalhos que serão apresentados", explicou. "É o momento de a universidade mostrar o seu papel, sua importância e relevância dentro desse cenário", concluiu.

O prazo apertado sobrecarregou a professora Danielle Perpetua, coordenadora da JICTAC no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). "Acredito que ficou um pouco sobrecarregado. É um evento de extrema importância para a iniciação científica da universidade, estamos fazendo um esforço grande para dar conta de todas as tarefas", contou.

#OrgulhoDeSerUFRJ

AdUFRJ cobra da reitoria recuperação dos adicionais

> Estimativa é que centenas de docentes têm direito aos benefícios por exposição a agentes nocivos à saúde. Casos serão levados à Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

A diretoria da AdUFRJ e a reitoria iniciaram esta semana uma negociação para acabar com a angústia de centenas de professores que trabalham expostos a agentes nocivos à saúde. Por lei, estes docentes têm direito a receber os adicionais de insalubridade, periculosidade ou radiação, mas não conseguem o benefício. Na primeira reunião, a reitoria se mostrou sensível ao tema e prometeu agilizar a solução do problema.

"Muitos docentes tiveram seus pedidos negados porque a CPST (Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador) disse que não tinha como fazer o laudo. E ponto. Ficou por isso mesmo", afirmou a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, no encontro virtual realizado com a reitora Denise Pires de Carvalho, no último dia 2. "Se a universidade não der uma resposta, teremos que judicializar a questão. Mas é sempre melhor encontrar um caminho administrativo", completou.

A AdUFRJ está fazendo uma campanha para mapear os professores que estão nesta situação, por meio de um formulário eletrônico disponível no Google Forms. Levantamentos prévios feitos no Instituto de Química e no campus de Macaé indicam que 20% dos que têm direito não recebem os adicionais. "Esse número mais ou menos se confirma na Bioquímica Médica e na Biologia. E a tensão está se agravando", ponderou Eleonora.

A presidente do sindicato mencionou que uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em setembro, mobilizou ainda mais os docentes: os servidores podem converter o tempo especial trabalhado sob condições de risco à saúde em tempo comum, ampliando o prazo de contribuição e possibilitando a antecipação da aposentadoria.

Também diretor da AdUFRJ e professor do Instituto de Bioquímica Médica, Pedro Lagerblad reforçou a reivindicação do sindicato. O docente sugeriu mudanças na forma de atestar, por exemplo, a utilização de produtos perigosos à saúde pelos docentes. "A lógica da perícia me parece inadequada para um laboratório de pesquisa", disse. "Se você produziu um artigo, que é um documento de fé, na parte de métodos, você diz quais reagentes utilizou. O descarte (de produtos) também é feito pela universidade e documentado. São comprovações que têm mais valor substantivo", argumentou.

RESPOSTA DA REITORIA

A reitora Denise Pires de Carvalho, que é docente do Instituto de Biofísica, demonstrou bastante interesse na resolução do caso e deu como exemplo sua experiência pessoal. "Quando eu assumi a direção da unidade, em 2010, minha insalubridade foi cortada pela primeira vez. Isso é algo que vem desse período. Antes, eu fui coordenadora de pós-graduação e nunca foi questionada minha insalubridade", relatou.

A dirigente considera absurdo cortar adicional de quem assume alguma coordenação ou chefia. "Como reitora, eu perdi a insalubridade de novo e não vou nem questionar, pois eu passo longe do laboratório. Mas até diretora de unidade, eu assinava os documentos dentro do meu laboratório!", afirmou. "É muito difícil o professor em dedicação exclusiva não fazer pesquisa porque está coordenando. E, quando eu me tornei titular, em 2011, eu perdi de novo. Olha como está o sistema!", completou.

A reitora admitiu que a UFRJ sequer sabe quantos professores e técnicos estão na lista do laudo. Há cerca de dois meses, a dirigente trocou a chefia da CPST para aperfeiçoar o setor. "A UFRJ não pode ser a universidade que tira primeiro e pergunta depois. É o oposto. Mantemos e depois vamos checar", concluiu.

NOVA CAMPANHA: CADASTRE-SE

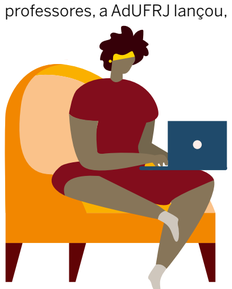
Como fruto imediato do diálogo com a reitoria, a AdUFRJ seguirá com a campanha para encontrar os docentes prejudicados pela não concessão dos adicionais. Agora, com a solicitação de novos dados, como nome, matrícula Siape e, se o docente quiser, o número do processo em tramitação na UFRJ. O formulário eletrônico pode ser preenchido em bit.ly/cadastropeloadicional. O objetivo é levar propostas de solução e cadastrar casos bem definidos para debate na próxima reunião, já agendada para quinta-feira, dia 10. O encontro, desta vez, vai contar com a nova coordenação da CPST.

Assessora jurídica do sindicato, Ana Luísa Palmisciano acompanhou a reunião e prepara um documento para oferecer recomendações à administração central. O texto será apreciado no próximo Conselho de Representantes da AdUFRJ, na segunda-feira (7). E, depois, encaminhado à CPST, no encontro do dia 10.

"Um primeiro pedido é que a universidade não retire o adicional dos professores que mudam de lotação ou que assumam cargo de chefia ou direção. A segunda recomendação é que a universidade conceda, inicialmente, o adicional mínimo nos casos em que a perícia detecta a exposição do professor aos agentes insalubres, mas o laudo é inconclusivo por não poder quantificar isso", exemplificou Ana Luísa. O procedimento tem sido adotado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

SOS ENSINO REMOTO: SUPORTE AOS DOCENTES EM 2020.1

O ensino remoto não foi uma escolha. Ele foi, e ainda é, uma necessidade. O ano de 2020 trouxe consigo uma pandemia que impôs a todos uma única saída: se reinventar. É fato que o Período Letivo Excepcional (PLE) apresentou inúmeros desafios à comunidade acadêmica, mas proporcionou também aprendizados para a UFRJ aperfeiçoar suas práticas de ensino nessa experiência inédita. Movida pela responsabilidade com as condições de trabalho dos professores, a AdUFRJ lançou, no dia 2, a iniciativa SOS Ensino Remoto.



"A ideia é servir como um ponto de apoio que dê o suporte necessário aos professores", comentou a presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller. Com o objetivo de amenizar as dificuldades da modalidade remota, e de dar à UFRJ uma posição de protagonismo no assunto, o sindicato conta com a consultoria educacional de Cristina Ávila Mendes, que apresentou caminhos para a construção de disciplinas cativantes e funcionais.

"Nossa intenção é propor um planejamento que envolva a tecnologia, para que haja uma clareza maior de como aprimorar o uso dessas novas ferramentas", explicou Cristina, fundadora da Octopus Soluções Educacionais. Inicialmente, ela destacou a diferença do ensino remoto emergencial para o ensino a distância, que é uma modalidade padronizada, e optada por livre e espontânea vontade do estudante e do docente. "No ensino remoto, não existe uma fórmula pronta, os professores não têm o suporte de uma equipe para produzir seus conteúdos".

O calendário apertado fez com que muitos docentes não conseguissem elaborar suas disciplinas com base na experiência do PLE. Diante disso, Cristina ofereceu um cardápio para o novo semestre. "São boas práticas que com certeza podem ajudar nesse desenvolvimento de forma mais coesa, sem fugir muito da estrutura do presencial", disse. Segundo ela, o bom planejamento exige uma integração dos recursos disponíveis com as práticas pedagógicas.

Ainda assim, o diálogo com a turma é mais importante do que as ferramentas escolhidas. "A comunicação é um ponto crucial, que fica muito em evidência nesse processo, e que não precisa necessariamente ser por vídeo", ressaltou Cristina. A consultora sugeriu o uso de arquivos de áudio, a exemplo dos podcasts, como uma boa alternativa para dar assistência aos alunos. Ao escolher as mídias, é preciso levar em conta a acessibilidade. "Dependendo do aplicativo, o consumo de dados é imenso, e pode prejudicar um aluno que esteja utilizando um chip limitado", lembrou.

Indagada sobre como receber retornos das turmas, Cristina sugeriu, de início, um formulário de avaliação diagnóstica do perfil dos alunos. "Podem ser tanto perguntas mais gerais, como questões objetivas da disciplina", disse. O uso de formulários ajuda o docente a entender o contexto individual, e abre espaço para uma construção colaborativa da disciplina. "É importante enviar essas perguntas com pelo menos 24 horas de antecedência, pois assim mesmo os estudantes que acessam a internet apenas pela manhã, tarde ou noite, podem ver e responder a tempo".

Para dar assistência técnica ao longo do período, Cristina abriu uma sala do Google Classroom para todos os professores da UFRJ. Lá, eles poderão tirar dúvidas e trocar experiências com seus colegas. "Funcionará como um fórum, onde em até 48 horas eu irei responder às questões colocadas, mas todos poderão contribuir", afirmou Cristina. As dúvidas mais recorrentes serão transformadas em pequenos vídeos, para sintetizar dicas e esclarecimentos pontuais. **(Kim Queiroz)**

#OrgulhoDeSerUFRJ

Professores brilham, mas cortes salariais crescem

> Descontos pesam no contracheque de dezembro e evidenciam perdas salariais dos docentes ao longo do ano. Presidente da AdUFRJ alerta: "A perversidade desse governo não tem limites"

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrj.org.br

O professor Sérgio Ferreira, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ, teve esta semana uma boa e uma má notícia. A boa é digna de comemoração: ele é um dos 853 pesquisadores brasileiros (sendo 63 da UFRJ) na lista dos cientistas mais influentes do mundo (veja matéria na página 8). A má notícia chegou junto com o contracheque: a confirmação do corte dos 26,05% referentes às perdas do Plano Verão de 1989. "Já era um corte esperado. Mas ver isso no contracheque ao mesmo tempo em que meu nome figura na lista dos cientistas mais influentes do mundo é uma premiação às avessas, um contrassenso", lamenta Ferreira.

As perdas salariais do professor começaram em março, quando ele viu aumentar a alíquota de contribuição previdenciária, fruto da Reforma da Previdência. "Como sou professor titular, a alíquota cresceu consideravelmente sobre o salário base. E agora veio mais esse corte do Plano Verão". Ferreira ainda lembra que os adicionais de risco à saúde estão sob ataque. "É como se o professor estivesse sempre na mira. Por conta de nosso trabalho, somos submetidos ao contato com substâncias tóxicas ao longo de anos. E ainda se cogita retirar esses adicionais? É todo mês vendo o contracheque para checar se o adicional está lá, como se estivéssemos sob risco. É um horizonte de incertezas", observa ele. A AdUFRJ lançou em novembro uma campanha pelo direito ao recebimento dos adicionais de insalubridade, periculosidade e radiação (veja matéria na página 5).

PIERRE OHAYON: "O meu salário líquido teve uma redução de 15,7%"

De acordo com a assessora jurídica da AdUFRJ, Ana Luísa Palmisciano, além do corte dos 26,05% relativos ao Plano Verão, o contracheque de dezembro trouxe também os descontos de Imposto de Renda e contribuição previdenciária sobre a segunda parcela da gratificação natalina. "É importante observar que não houve descontos no pagamento da primeira parcela dessa gratificação, em junho. Eles só vieram agora. Então o volume de descontos no contracheque de dezembro é maior", ressalta Ana Luísa. A superintendente administrativa da Pró-reitoria de Pessoal (PR-4), Maria Tereza da Cunha Ramos, confirmou ao **Jornal da AdUFRJ** que a tributação de IR e Previdência da gratificação natalina é feita apenas no momento do pagamento da segunda parcela.

Ana Luísa explica que, em relação ao corte dos 26,05%, a AdUFRJ entrou com uma ação conjunta com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrj) junto ao Tribunal Regional Federal, e aguarda o julgamento do recurso. Outro desconto incluído no contracheque de dezembro é o da contribuição sindical sobre o 13º salário dos filiados à AdUFRJ, como ocorre todos os anos. Em janeiro, o valor da contribuição sindical volta ao normal.

Para o professor Pierre Ohayon, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFRJ, as perdas salariais expostas nos contracheques de dezembro evidenciam a desvalorização pelo atual governo dos servidores públicos, em geral, e dos educadores, em particular. "O meu salário líquido teve uma redução de 15,7% este mês em relação ao de novembro, fruto de todos esses cortes e descontos. Desde março, com a reforma da Previdência, eu desconto 27,4% de seguridade social. E não há compensação alguma. A contrário: o salário-base teve zero por cento de aumento de 2019 para 2020", enumera Ohayon.

O professor observa também que há distorções salariais dentro do próprio Serviço Público Federal, mesmo durante a pandemia. De fato, enquanto o salário-base de um professor da UFRJ ficou sem reajuste ao longo de 2020, outras categorias tiveram aumentos. Foi o caso, por exemplo, de quase cinco mil servidores do Ministério da Economia, agraciados com promoções em setembro. Em julho, o presidente Jair Bolsonaro reajustou um adicional por cursos de formação do soldo dos militares, beneficiando o oficialato. Um general em topo de carreira recebe hoje algo em torno de R$ 30 mil líquidos. Para um professor titular da UFRJ, esse valor oscila, em média, entre R$ 14 mil e R$ 18 mil.

Presidente da AdUFRJ, a professora Eleonora Ziller enxerga nessas perdas salariais um projeto de governo de ataque às universidades. "A perversidade desse governo não tem limites. Desde o ano passado, ele vem insistindo no corte dos vencimentos dos servidores públicos. Tentaram até anunciar um corte de 25% durante a pandemia. Até agora conseguimos resistir a essas ofensivas. Estão mirando nos nossos salários, querem fazer economia retirando direitos dos trabalhadores da Saúde e da Educação. Nossa resposta e nossa resistência a esse governo infame é trabalhar mais, produzir mais, e fazer a universidade pública e gratuita cada vez mais forte".

ADUFRJ AMPLIA ATENDIMENTO JURÍDICO

As demandas da Assessoria Jurídica da AdUFRJ cresceram logo no início da pandemia, em março, quando começaram a vigorar as novas alíquotas de contribuição previdenciária impostas pela reforma da Previdência. De lá para cá, com a adoção do ensino remoto no Período Letivo Excepcional (PLE), elas só aumentaram. Questões como progressões de carreira, férias em conflito, corte de vale-transporte e perda de adicionais por risco à saúde são algumas das mais requisitadas pelos docentes.

"A procura pelo apoio jurídico cresceu bastante durante a pandemia, sobretudo pela adaptação de todos a algo que não fazia parte do cotidiano da vida acadêmica, que é o ensino remoto", relata Ana Luísa Palmisciano. Para fazer frente a essas demandas, a AdUFRJ ampliou o Plantão Jurídico. O atendimento virtual às sextas-feiras, que era quinzenal e durava três horas, passou a ser semanal e com quatro horas de duração. Assim, os sindicalizados têm agora plantões jurídicos todas as terças, entre 8h e 11h30, e às sextas, pela manhã ou à tarde, com quatro horas de duração.

O atendimento é feito pelo aplicativo Zoom, que pode ser baixado gratuitamente no computador ou no celular (www.zoom.com). Para agendar um horário, basta enviar e-mail para beline@adufrj.org.br ou mensagem de whatsapp para (21) 99808-0672. O sindicalizado receberá o link para participar do atendimento virtual na data marcada.

NOTAS

CARLUPE PRESENTE!

A UFRJ chora mais uma perda para a covid-19. Carlos Alberto Soares não resistiu e morreu na última quinta-feira. Era técnico-administrativo e trabalhou na Faculdade de Letras, na secretaria da Pós-Graduação. Estava aposentado há dez anos e era adorado por professores, estudantes e técnicos. "Carlinhos era um amigo, uma figura sensacional! Além de militante incansável no movimento dos funcionários, foi essencial também para muitos que fizeram a pós-graduação na Letras. Qualquer imbróglio era com ele! Um humor extraordinário, um carinho com as pessoas... uma perda gigantesca!!!", lamentou a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, também da Letras.

CAp ADMITE NOVOS ALUNOS PARA O PRÓXIMO ANO

O Colégio de Aplicação divulgou o edital de admissão dos novos alunos para 2021. As inscrições estarão abertas de 10 de dezembro a 10 de janeiro, no site www.admissaocap.ufrj.br. Há vagas para a educação infantil, ensino fundamental (EF) e médio (EM): Infantil 2 – 16 vagas; Infantil 4 – 1 vaga; Infantil 5 – 1 vaga; 1º ano EF - 32 vagas; 6º ano EF - 12 vagas; 1º ano do EM - 30 vagas. Há cotas raciais e para pessoas com deficiência. Também está previsto processo de sorteio público, que será transmitido ao vivo através do canal do colégio no Youtube, no dia 22 de janeiro de 2021, a partir das 8h. O link estará disponível no site www.cap.ufrj.br. Os candidatos classificados não matriculados dentro dos prazos previstos no edital perderão a vaga.

PROJETO ESPECIAL DA EXTENSÃO VAI AO AR DIA 7

A Pró-reitoria de Extensão (PR-5) lança o projeto LAB Cultura Viva, na próxima segunda-feira (7). O "LAB" vai permitir que estudantes da UFRJ apliquem seus conhecimentos da graduação e pós-graduação em projetos para a cidade e o estado do Rio de Janeiro que tenham como horizonte a cultura, o bem comum, a ampliação de direitos e a transformação social. A abertura está marcada para 18h30, com a participação do vice-reitor, professor Carlos Frederico; da pró-reitora Ivana Bentes; da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB) e de grupos, organizações e coletivos culturais que são parceiros do projeto. A programação se estende até o dia 11. A transmissão de todas as atividades será realizada pelo canal da PR-5 no Youtube e na página do Facebook.

#OrgulhoDeSerUFRJ

Orçamento da UFRJ para 2021 é o menor em dez anos

> Projeto apresentado pela PR-3 no último Consuni não se subordina à PLOA. Reitoria argumenta que verba reservada para a UFRJ no Projeto de Lei Orçamentária inviabiliza funcionamento

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

A reitoria propõe que a UFRJ gaste R$ 383,7 milhões em 2021. Um valor que supera em R$ 73,2 milhões o previsto no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), ainda em tramitação no Congresso Nacional. A proposta deficitária, apresentada ao Conselho Universitário do dia 3, tem justificativa simples e, ao mesmo tempo, dramática: os R$ 310,5 milhões seriam insuficientes para o funcionamento mínimo da instituição no próximo ano. O Consuni delibera sobre o tema em uma próxima sessão.

"Trabalhar dentro da PLOA significaria parar em agosto. Ou, no máximo, até setembro, dependendo do sucesso na renegociação de contratos", afirmou o pró-reitor de Planejamento e Finanças, professor Eduardo Raupp. "A proposta que estamos defendendo não seria a dos nossos sonhos. Seria o mínimo necessário. Mas não estamos nos enquadrando no que está na PLOA". Raupp destacou que o montante reservado à UFRJ, em valores reais, representaria um retrocesso de dez anos. E a instituição cresceu bastante, no período.

O dirigente entende que a iniciativa de não submeter a UFRJ aos números do governo também pode servir como uma ferramenta de diálogo com os parlamentares para aumentar a verba da instituição. "Se não houver mudança na proposta que está no Congresso, a situação ficará muito complexa", alertou. Não há previsão de quando a Lei Orçamentária (LOA) será votada. Sequer foi definida a comissão para analisar a proposta do governo. "Somos cobrados quanto à eficiência, mas é muito difícil planejar sem ter a sinalização do que será o orçamento", criticou Raupp.

Caso a LOA aprovada não melhore os números da UFRJ, a ideia é retornar esta discussão ao Consuni em 2021 para que sejam feitas "opções muito duras". A apresentação da reitoria também simulou o que poderia significar a adequação à PLOA do governo Bolsonaro: redução dos gastos com bolsas acadêmicas (de R$ 10,1 milhões para R$ 7,8 milhões), com os funcionários extraquadros dos hospitais (de R$ 27,4 milhões para R$ 21,2 milhões, o equivalente a três meses), com custeio de obras (de R$ 5,3 milhões para R$ 4,1 milhões) e com vigilância (de R$ 46,9 milhões para R$ 36,3 milhões), entre outros exemplos.

O dirigente alertou que os exemplos citados podem se tornar uma referência do "que podemos ter que praticar". Há contratos negociáveis ou que podem sofrer atrasos e, mesmo assim, funcionarão. "Há outros em que o não pagamento implica paralisação imediata dos serviços. Nós queremos que o Consuni tenha esta perspectiva e queremos deixar isto claro desde já", completou.

Dentro da proposta da reitoria, está previsto impacto no chamado orçamento participativo, uma verba anualmente direcionada aos Centros e Unidades acadêmicas para despesas correntes. "O orçamento participativo vem sendo estimado, ao longo dos últimos anos, na casa dos R$ 24 milhões, R$ 25 milhões. Na prática, são repassados em torno de R$ 14 milhões a R$ 15 milhões, em duas parcelas. Para o ano que vem, estamos considerando liberar só uma, de R$ 8 milhões", disse Raupp. "Contamos com a compreensão das unidades para assegurar os gastos comuns".

NÚMEROS

PLOA 2021:
R$ 310,5 milhões

Proposta reitoria:
R$ 383,7 milhões

GASTOS COM DÉFICIT DO ANO ANTERIOR

2015: R$ 56,3 milhões
2016: R$ 74,3 milhões
2017: R$ 53,5 milhões
2018: R$ 61,9 milhões
2019: R$ 65 milhões
2020: R$ 36,1 milhões*
2021: R$ 21,7 milhões**

***Valor até 24/11 referente a dívidas de 2019**

**** Previsão do que ficaria de dívida de 2020**

ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO

LOA 2020:
R$ 374,1 milhões

PLOA 2021:
R$ 310,5 Milhões

REDUÇÃO:
17%

Raupp explica a razão para a escolha dos eventuais cortes: "Existem ações que, embora estejam no nosso discricionário, possuem destinação específica. Não posso remanejar os recursos destas linhas para outras", afirmou. "Com este orçamento apertadíssimo, sobra muito pouco para mexermos. Por isso, tivemos que fazer uma redução importante do orçamento participativo e da verba para novas obras. Embora itens muito importantes, são dos poucos que a gente ainda pode decidir se autoriza ou não ser realizado".

ESFORÇO AMEAÇADO

O dirigente lamentou que o esforço de redução do déficit da UFRJ nos últimos exercícios seja perdido em apenas um ano, caso se confirme o orçamento reduzido no Congresso Nacional. "Ao que tudo indica, vamos passar para o ano que vem cerca de R$ 20 milhões de dívida. Em anos anteriores, isso estava passando na casa dos R$ 60 milhões, R$ 70 milhões", afirmou. "No ritmo que estávamos, se o orçamento fosse ao menos corrigido pela inflação, provavelmente zeraríamos este déficit operacional (anual) em 2022. Mas, com o corte, andamos várias casas para trás", criticou.

Fora o passivo de cada ano, a reitoria também enfrenta o problema do déficit acumulado de exercícios anteriores. O "buraco", que já foi de R$ 182 milhões, no início de 2019, deve chegar a R$ 118 milhões, no início do próximo ano.

Não bastasse a PLOA reservar um orçamento discricionário reduzido à UFRJ, ele está "fracionado", como já informado em edições anteriores do **Jornal da AdUFRJ**. Uma parte dos R$ 310 milhões estaria garantida (51%); a outra (49%) ainda dependeria da aprovação de créditos suplementares pelo Congresso ao longo do próximo ano. Em 2020, a liberação só ocorreu em maio. Na melhor das hipóteses, por força da legislação, explicou o pró-reitor, os parlamentares só poderão liberar os chamados recursos "condicionados" em abril de 2021.

No Consuni do dia 4, vários conselheiros elogiaram a apresentação, mas manifestaram preocupação com a asfixia financeira da UFRJ. Decano do Centro de Tecnologia, o professor Walter Suemitsu lamentou o "beco sem saída": "Não temos muito o que discutir. Não temos opções. Talvez tenhamos, no ano que vem, a difícil tarefa de fazer escolhas". Representante dos Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no colegiado, Cristina Miranda reforçou: "Entendo, como o professor Walter, que não há muito como aprofundar o que foi apresentado. Até conseguimos reduzir o déficit operacional. Mas a gente não entra no ano devendo menos porque recebemos mais dinheiro. E sim porque fazemos um trabalho de gestão que possibilita essa redução".

NÃO BASTA NÃO SER RACISTA. É PRECISO SER ANTIRRACISTA

KIM QUEIROZ
comunica@adufrj.org.br

O combate ao racismo é uma luta diária nas universidades. Aprovada em agosto de 2012, a Lei de Cotas é uma conquista importante na luta do Movimento Negro, mas um mecanismo ainda em construção. Um passo importante nessa direção foi dado em 26 de novembro, quando o Consuni definiu uma resolução com normas para apuração de eventuais fraudes às cotas raciais nos cursos de graduação da UFRJ. Essa medida promove a análise das denúncias e a expulsão dos estudantes fraudadores.

"Já existem 60 processos de alunos considerados não aptos, ou seja, que estão fora do critério fenotípico para os beneficiados pela reserva de vagas", diz Denise Góes, coordenadora da Comissão de Heteroidentificação de Fraudes. A apuração dessas denúncias já estava em curso na UFRJ, mas a resolução regulamenta o desfecho desses casos. "O artigo 26 da resolução diz que, verificada a inconsistência entre a autodeclararão e o fenótipo do aluno, sua matrícula será cancelada e os autos encaminhados ao Ministério Público Federal", explica.

Maíza Kister, que foi a porta-voz dos coletivos negros no Consuni, celebra o avanço, mas critica a condução da pauta. Ela alega que a Câmara de Políticas Raciais, entidade que ajudou a construir a resolução, não foi sequer convidada a participar da sessão. O mesmo ocorreu com os estudantes, que só tiveram uma representante porque pediram, mas sem poder de voto e com apenas cinco minutos de fala.

HISTÓRIA

Criada em janeiro passado, a Comissão de Heteroidentificação de Acesso avalia a entrada de novos estudantes através das cotas raciais. Antes, o único critério era a autodeclaração.

A necessidade do mecanismo de combate às fraudes parte do acúmulo de denúncias. "Quando as cotas foram implementadas, não havia como prever o tamanho do problema que as fraudes seriam. Infelizmente, aconteceram tantos casos que passou a ser necessário esse movimento combativo", conta Felipe Rosa, diretor da AdUFRJ e integrante da comissão. "A própria montagem de uma comissão de heteroidentificação não está livre de polêmicas. Até se criar um consenso, e a universidade agir de maneira institucional, demora muito tempo".

A partir de agora, todas as denúncias sobre eventuais fraudes deverão ser feitas exclusivamente à Ouvidoria da UFRJ, que as encaminhará para a PR-1. "Com a inequívoca identificação do denunciado, e se seu ingresso, de fato, ocorreu por meio de reserva de vagas destinadas a pretos e pardos, as denúncias serão convertidas em processo", explica Marcelo Pádula, Superintendente Geral de Graduação da PR-1. Já são cerca de 180 casos apurados, dentre mais de 400 denúncias.

Pela natureza presencial do processo de heteroidentificação, ainda não há previsão para retomada dessas apurações. Os estudantes considerados inaptos já deverão ter suas matrículas canceladas, mas só há medidas possíveis no que se trata de alunos ainda ligados à UFRJ. "Os fraudadores já formados não têm mais vínculo formal com a UFRJ, portanto a apuração depende apenas da justiça comum", comenta Marcelo.

A CIÊNCIA DIZ SIM!

Apesar do negacionismo do governo e dos entraves à pesquisa no país, 63 cientistas da UFRJ entram na lista dos mais influentes do mundo

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

Em mais uma demonstração de excelência acadêmica, 63 docentes da UFRJ estão entre os pesquisadores mais influentes do mundo em suas áreas. O levantamento foi publicado em outubro pela revista norte-americana *Public Library of Science (Plos) Biology* e contém 161.441 cientistas divididos em dois rankings: mais citados ao longo de suas carreiras e mais citados em 2019. Entre os pesquisadores analisados, 853 são brasileiros, o que representa 0,53% do total. A relação utilizou a base de dados Scopus.

Dos 63 professores da universidade, 29 aparecem em ambas as listas. Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências e professor do Instituto de Física, é um dos que integram os dois rankings. Ele, porém, recomenda precaução ao analisar os dados. "Esses índices são um dos elementos para julgar o trabalho de um cientista. Têm seu valor, mas não podem ser vistos de maneira absoluta", ele acredita. O resultado dos pesquisadores da universidade, em relação aos cientistas brasileiros – eles representam 7,5% deste conjunto –, "reflete a produção e a importância acadêmica da UFRJ", de acordo com Davidovich.

Único paleontólogo brasileiro a figurar na lista dos mais influentes do mundo, o professor Alexander Kellner, diretor do Museu Nacional, também chama atenção para a relativização do ranking. "É uma lista feita por números, índices de impacto. Temos um vencedor da Medalha Fields, o Artur Avila, que não está nessa relação", argumenta. "É claro que há métricas importantes, e é um orgulho estar nela, é muito bom para a UFRJ ter muitos nomes. É algo relevante para a universidade e para o Museu Nacional, mas expressa um retrato parcial da Ciência".

Jerson Lima Silva, presidente da Faperj e professor do Instituto de Bioquímica Médica, é outro dos mais citados. Ele comemora o desempenho dos colegas. "Vai de encontro àquela ideia de que o Brasil não tem qualidade em suas publicações", afirma. Ele deu exemplos recentes de atuação de cientistas brasileiros em temas como a microcefalia provocada pelo zika vírus e a covid-19. "Foi um papel muito relevante desempenhado pela Ciência brasileira e pela UFRJ". Apesar da boa avaliação, ele considera que poderia ser feito mais. "Ciência precisa de recursos", considera.

A crise orçamentária e as dificuldades enfrentadas na importação de insumos para a pesquisa podem estar por trás de um desempenho não tão satisfatório do Brasil em relação aos pesquisadores do restante do mundo, considera a professora Leda Castilho, da Coppe. "Muitas vezes não temos o recurso e, quando temos, pagamos mais caro pelos produtos do que os colegas no exterior e perdemos muito tempo em trâmites para conseguir os insumos", reclama. "É claro que no plano individual é uma honra estar nesta lista. Mas o Brasil ainda tem muito a caminhar, com uma representação baixa, se comparado ao total", comenta. "Poderíamos estar proporcionalmente mais representados, já que publicamos mais".

A opinião é compartilhada pelo professor Sérgio Ferreira, do Instituto de Biofísica. "A Ciência brasileira contribui com 2% de todos os artigos científicos publicados no mundo, mas a quantidade de brasileiros na lista é bem inferior a isto, o que demonstra que nosso impacto no topo da Ciência mundial é menor do que nossa produção", ele alerta. Ainda assim, "ponderadas todas as condições tão desfavoráveis que enfrentamos", o país "faz um ótimo trabalho científico".

Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, a professora Denise Freire também está na lista dos mais influentes,. Foi uma das mais citadas ao longo de 2019. "A UFRJ está bem representada. Isso demonstra a pujança, a competitividade e a competência da nossa instituição. Nós somos uma boa universidade de pesquisa e por isso somos excelência no ensino, na pesquisa e na extensão", diz. Docente do Instituto de Química, ela atribui seu sucesso aos seus estudantes. "São meus alunos que me fazem estar nesta lista, incansáveis nos laboratórios. Ter formado profissionais que estão na ponta do conhecimento, contribuindo para o país, é meu maior orgulho".

NÚMEROS

161.441 cientistas estão entre os mais citados do mundo

853 são brasileiros

63 são da UFRJ, o que representa **7,5%** dos cientistas brasileiros

O número de pesquisadores da UFRJ representa **0,04%** da lista.

A proporção de brasileiros em relação ao total de pesquisadores corresponde a **0,53%**

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Bioquímica e Biologia Molecular
- Ciência Gastronômica
- Ciências Ambientais
- Construção Civil
- Ecologia
- Energia
- Engenharia Civil
- Engenharia Elétrica e Eletrônica
- Engenharia Industrial e Automação
- Engenharia Mecânica e Transportes
- Física Aplicada
- Física Geral
- Medicina Nuclear e Imagem Médica
- Micologia e Parasitologia
- Microbiologia
- Mineração e Metalurgia
- Neurologia e Neurocirurgia
- Paleontologia
- Pediatria
- Polímeros
- Química Analítica
- Química Medicinal e Biomolecular
- Rede e Telecomunicações
- Teoria da Computação e Matemática
- Zoologia

LUIZ DAVIDOVICH
ABC e Instituto de Física

"Espero que os recursos para a pesquisa parem de decair, para que no futuro haja mais pesquisadores brasileiros contribuindo e sendo referência para o país e para o mundo. Muito importante que haja uma correção de rumos"

JERSON LIMA SILVA
Faperj e IBqM

"O nível de citação é relevante, mas é uma espécie de retrovisor, uma consequência dos investimentos sólidos que tivemos por dez anos. Ao se abrir um hiato de financiamento, há um risco para a Ciência e, principalmente, para a carreira dos jovens cientistas".

SÉRGIO FERREIRA
Instituto de Biofísica

"A gente vive de sobressalto na Ciência. São cortes de bolsas, orçamento sobe num ano e despenca no outro, são condições objetivas e subjetivas muito difíceis. Isso nos deixa a pergunta: o quanto mais a universidade poderia contribuir para a Ciência mundial se tivesse mais investimento?"

LEDA CASTILHO
Coppe

"Noventa e cinco por cento, ou seja, a quase totalidade da pesquisa brasileira é feita nas universidades e a maior parte dessa força de trabalho é formada por nossos pós-graduandos, que além de não terem aumento há anos, ainda vivem inseguranças sobre os programas de bolsas de estudos. Este é mais um fator que pode estar prejudicando o desempenho do Brasil"

JOSÉ ROBERTO MEYER
Instituto de Bioquímica Médica

"Ter o trabalho reconhecido é muito importante. Significa a produção de toda uma vida. Eu não consigo pensar em me aposentar, não me imagino fazendo outra coisa. Apesar de todo o sucateamento, de sermos demandados a um esforço desproporcional a outros centros de pesquisa, ainda apresentamos bons resultados"

DENISE FREIRE
Instituto de Química

"Temos docentes citados em todas as áreas do conhecimento. Ter trabalhos mais citados é uma consequência da formação que você dá aos seus alunos, dos trabalhos que são realizados coletivamente. E por isso é tão gratificante"

RODRIGO CAPAZ
Instituto de Física

"A lista é feita por parâmetros universais que ajudam a posicionar a UFRJ nesse grupo de instituições que atuam fortemente em pesquisa. Sem dúvida há um impacto muito positivo para a internacionalização da universidade"

EDSON WATANABE
Coppe

"Entramos numa seleção que é internacional, isto é muito importante, mas como toda lista que depende de critérios, pode deixar gente de fora. Achei surpreendente estar no ranking e também é surpreendente que alguns pesquisadores de excelência reconhecida em suas áreas não estejam citados"

ALEXANDER KELLNER
Museu Nacional

"Acredito que ser o único paleontólogo brasileiro na listagem tem relação direta com meu programa em parceria com a China. Nossa área é muito cara, demanda muitos recursos. Precisa de muito financiamento. A China custeia a parte mais cara dessa pesquisa. Aqui no Brasil, eu não conseguiria fazer todos estes estudos"

ROMILDO TOLEDO
Coppe

"O ranking é resultado do impacto e visibilidade nacional e internacional que nossos trabalhos têm, então fiquei muito feliz. Mostra que o Brasil faz Ciência de qualidade. Temo que o declínio do investimento nos últimos anos nos leve a patamares anteriores, muito inferiores de desenvolvimento da pesquisa nacional"

FÁBIO SCARANO
Instituto de Biologia

"Esses resultados envolvem meus alunos do Rio, de Macaé, colaboradores brasileiros e estrangeiros. É um esforço de todos. Quando a medida do impacto científico for análoga ao impacto social, com promoção da justiça social, direito ambiental, saúde e bem-estar da população e da natureza, eu certamente ficarei muito mais feliz e tranquilo"

AdUFRJ
JORNAL DA **AdUFRJ** / **REDAÇÃO** - **COORDENAÇÃO:** ANA BEATRIZ MAGNO **CHEFIA DE REPORTAGEM:** KELVIN MELO **EDIÇÃO:** ALEXANDRE MEDEIROS, KELVIN MELO E SILVANA SÁ
REPORTAGEM: ELISA MONTEIRO, KELVIN MELO, LUCAS ABREU E SILVANA SÁ **ESTÁGIARIOS:** KIM QUEIROZ E LIZ MOTA ALMEIDA **DESIGN:** ANDRÉ HIPPERTT **TI:** MARCELO BRASIL